

O PAPEL DA INFORMALIDADE NA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO DO NORDESTE*

Simone Wajnman
Ignez Helena O. Perpétuo****

O crescimento histórico dos níveis e tendências de participação feminina no mercado de trabalho no Brasil é um fenômeno bastante bem conhecido (Paiva, 1986; Wajnman, 1991; Rios-Neto & Wajnman, 1993). De fato, se até a década de setenta, a taxa de atividade feminina não superou o patamar dos 20,0%, nos anos noventa ela ultrapassou os 40,0%, e tende a continuar crescendo. Menos conhecida, mas bem documentada também, é a tendência observada recentemente de mudança paulatina no padrão etário da atividade feminina. Conforme revelam os dados anuais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), este padrão, que se manteve relativamente inalterado na década de setenta e início da década de oitenta, começa a sofrer modificação a partir de meados dos anos oitenta, o que se consolida nos anos noventa. Tal modificação dá-se através do crescimento mais intenso das taxas de atividade nas idades mais maduras, com o que o pico à esquerda do padrão tipicamente unimodal da curva de atividade por idade, lentamente, vai se deslocando para as idades mais avançadas (Costa, 1990; Rios-Neto & Wajnman 1993). As tentativas de se estabelecer os determinantes dos processos de crescimento e mudança de padrão da atividade feminina tendem a enfocar tanto as mudanças demográficas quanto as de caráter socioeconômico e cultural, que estariam alterando padrões de comportamento das mulheres casadas e com filhos, no sentido da maior compatibilização das atividades domésticas com as atividades de mercado. Além dos fatores conjunturais, que identificam a atividade feminina com

* Agradecemos à assistente de pesquisa Márcia de Figueredo por sua ajuda no processamento dos dados e edição do texto.

** Profs. do Departamento de Demografia da UFMG.

estratégias de proteção da renda familiar mas que não explicam uma tendência de mais longo prazo, o processo de urbanização, a queda da fecundidade, a escolarização feminina, mudanças dos arranjos familiares, bem como nos esquemas de cuidados domésticos, são usualmente citados na literatura.

Uma forma menos usual de abordar o crescimento da participação feminina é identificar, no crescimento da informalidade que se verifica no mundo do trabalho, a ampliação do espaço para sua atividade, dada a notória associação entre o trabalho das mulheres e as formas de inserção menos convencionais. Assim, as mudanças no perfil do trabalhador requisitado pelo mercado poderiam, eventualmente, estar favorecendo a demanda por mulheres, à medida que abre espaço para um perfil de trabalho mais flexível, mais intermitente, marcado por jornadas mais curtas e, claramente, mais terciarizado (Lavinás & Barsted, 1996:552)¹. Essa associação pode estar propiciando, senão o crescimento, pelo menos a manutenção dos níveis de atividade feminina no Brasil na década de noventa, quando a participação masculina vem apresentando declínio. Note-se que, de fato, enquanto a taxa de atividade masculina metropolitana, segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), decresceu de 79,8% em 1991, para 76,6% em 1995, a taxa feminina manteve-se relativamente estabilizada no patamar dos 44%.

Este trabalho se propõe a examinar uma perspectiva da inter-relação entre a atividade feminina e a informalidade, sob o ângulo da estrutura ocupacional das mulheres no Nordeste brasileiro, região na qual a informalidade tem sido mais elevada do que na média do país. Segundo dados da PNAD-1995, a proporção de empregados sem carteira de trabalho no Nordeste é de 48%, enquanto que no Brasil, é de 32%, e as proporções de conta própria, por sua vez, são de 28% e 23%, respectivamente. Possivelmente, esta *sobreinformalidade* nordestina seria uma das razões para a participação feminina estar crescendo, nos últimos anos, mais aceleradamente nesta região do

¹ Tem-se procurado demonstrar que a ausência de vínculos formais atinge proporcionalmente mais mulheres do que homens. A taxa de informalidade das mulheres, concebida como a proporção de trabalhadores conta-própria e empregados sem carteira sobre a população ocupada, foi estimada em 45,9% em 1990 e 54,2%, em 1993, enquanto que para os homens, as taxas no período foram de 39,1% e 44,6%.

que no país como um todo: na década passada, enquanto no Brasil a taxa de atividade feminina cresceu 19%, no Nordeste esse crescimento foi de 24%; nos anos noventa, marcados pela desaceleração do crescimento dos níveis de participação, a atividade feminina para o Nordeste ainda cresceu 2,6% entre 1992 e 1995, concomitante ao crescimento de apenas 1,9% para o Brasil. Com essa tendência, as taxas de atividade feminina nordestina e brasileira chegaram, em 1995, ao nível idêntico de 48%, segundo os dados da PNAD.

Pretende-se, portanto, decompor a participação feminina em atividades não-agrícolas do Nordeste segundo sua estrutura ocupacional, de modo a examinar a inter-relação entre a atividade feminina e a informalidade definida segundo o critério das posições na ocupação, utilizando-se dos dados da PNAD de 1995. Em primeiro lugar, documenta-se a situação ocupacional das mulheres, verificando as formas com que estas tendem a se concentrar predominantemente nas situações ditas informais, uma vez que os critérios que estabelecem tal tendência podem ser muito variáveis. Em segundo lugar, para conhecer os determinantes dessa tendência, estabelecem-se os nexos entre atividade, informalidade e ciclo de vida, o que permite apontar quais são as etapas de vida mais associadas às diferentes formas de inserção na ocupação. Finalmente, procura-se mensurar o papel relativo de fatores que supostamente condicionam a informalidade feminina, através de uma abordagem de probabilidades de uma mulher ter um vínculo informal de trabalho, no Nordeste, dado um conjunto de diversas características.

Estrutura ocupacional feminina

Através da Tabela 1 ficam evidentes as diferenças entre as estruturas ocupacionais do Nordeste e Brasil, anteriormente referidas. Como se vê, considerando-se apenas as atividades não-agrícolas, as mulheres nordestinas estão sub-representadas nas posições com carteira de trabalho (empregadas e domésticas), como contrapartida de seu maior peso nas posições sem carteira, do funcionalismo público, nas ocupações não remuneradas, empregadores e, sobretudo, na posição de contapropria.

TABELA 1
MULHERES OCUPADAS EM ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS POR
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NORDESTE - 1995

Posição na ocupação	NORDESTE		BRASIL	
	N	%	N	%
Empregado com carteira	932568	18,09	6152811	28,63
Empregado sem carteira	713210	13,83	2416962	11,25
Doméstica com carteira	92512	1,79	849598	3,95
Doméstica sem carteira	1016241	19,71	3931045	18,30
Conta própria	1189198	23,06	4021309	8,72
Funcionário público	670640	13,01	2526425	1,76
Empregadores	178438	3,46	502075	2,34
Não remunerados	363523	7,05	1085002	5,05
Total	5156330	100,00	21485227	100,00

FONTE: PNAD - 1995

As posições na ocupação têm sido freqüentemente utilizadas na literatura como conceitos operacionais que permitem uma distinção, ainda que precária, entre os segmentos formal e informal da população ocupada. É comum considerar-se que os trabalhadores informais compreendem as categorias de posição na ocupação de empregados sem carteira, conta própria e sem remuneração. Entretanto, devido ao alto grau de heterogeneidade das categorias envolvidas e os diferentes processos de formação de renda a que estão sujeitas, alguns autores consideram que tal classificação encerra uma combinação confusa de conceitos alternativos. Por outro lado, uma definição conceitualmente mais adequada envolveria o cruzamento de informações quanto a posições na ocupação, ramos de atividade e rendimentos, além de informações provenientes de pesquisas de estabelecimentos, o que gera dificuldades de ordem prática na mensuração dos segmentos. Assim, neste trabalho, as posições na ocupação são consideradas como formas distintas de inserção da população ocupada no mercado de trabalho, com ênfase nas posições que representam os três segmentos do mercado de trabalho brasileiro: os trabalhadores com carteira, sem carteira e conta própria. O tratamento dessas categorias segue a classificação das ocupações segundo a reconceituação do trabalho definida nas PNADs da década de noventa. Nestas, a categoria de empregados passou a classificar os trabalhadores na produção e circulação de mercadorias e os trabalhadores domésticos assalariados (com ou sem posse de carteira de trabalho) e os empregados públicos. Assim,

as domésticas, tanto quanto as funcionárias públicas, são consideradas separadamente, no caso das últimas tratando-se de uma categoria de trabalhadores sem carteira, porém com vínculos formais de trabalho.

Nas seções seguintes, essas posições são consideradas segundo o corte por idade, e a estrutura de rendimentos médios, o que permite a inferência de alguns aspectos quanto à dinâmica destes mercados.

Estrutura ocupacional na perspectiva de ciclo de vida

O corte por idade é útil para indicar, ainda que indiretamente, as possíveis transições efetuadas ao longo do ciclo vital das trabalhadoras. Os Gráficos 1 e 2 são bastante elucidativos nesse sentido. Como se constata, no Nordeste, assim como no Brasil, nas idades muito jovens a predominância é de trabalhadoras sem carteira, sobretudo domésticas. Observa-se também que, no grupo 10-14 anos, o peso relativo das sem remuneração é muito expressivo. À medida que se desloca na estrutura etária em direção às idades mais velhas, cresce a importância relativa das trabalhadoras com carteira, especialmente as empregadas, já que as domésticas com carteira são relativamente muito poucas, sobretudo no Nordeste. Esse crescimento, porém, é bastante limitado, alcançando o máximo no grupo de 20-29 anos. A partir daí, a posição que mais cresce em importância é a das conta própria, que têm a cada faixa etária maior peso relativo. Tal tendência ocorre no Nordeste, assim como no Brasil, embora no primeiro o crescimento com a idade seja muito mais intenso. O perfil etário das funcionárias públicas também obedece padrão semelhante no Brasil e Nordeste, sendo as idades em torno de 40 anos as de maior concentração, especialmente no Nordeste.

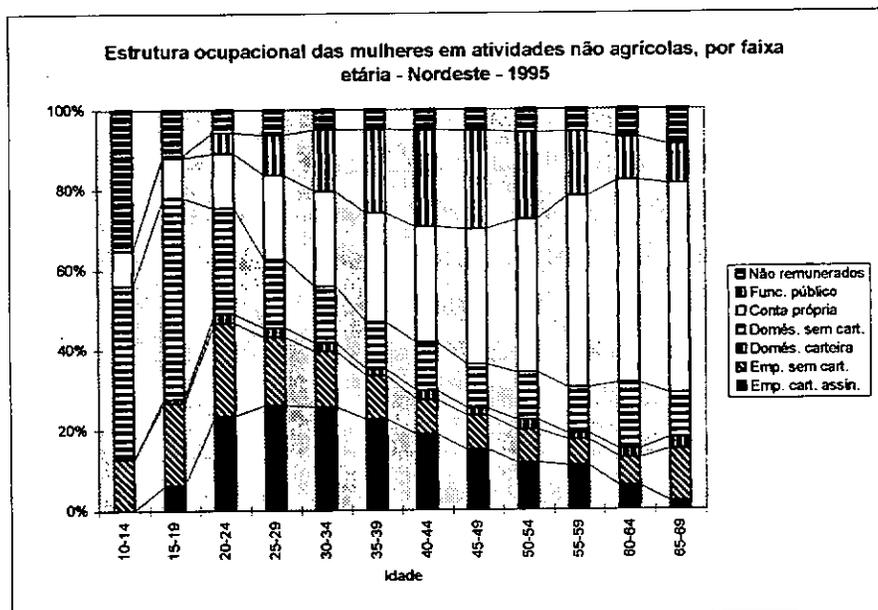
Ressalte-se que esse padrão ocupacional por idade não é substantivamente diferente do que se observa para os homens no Brasil. De fato, a maior incidência de trabalhadores sem carteira e sem remuneração nas primeiras idades, o crescimento paulatino da participação de trabalhadores com carteira até as idades médias da distribuição e a importância relativa cada vez maior dos conta própria, já estão bastante bem documentados, embora os estudos sobre esse padrão restrinjam-se à década de oitenta, que apresentou

níveis de informalidade bem menores do que esta década (Rios-Neto, Ramos, Wajzman, 1993; Wajzman 1995). O que parece diferenciar o padrão feminino do masculino é que (i) no caso dos homens, a ocupação sem remuneração não ultrapassa os 30 anos de idade, ao contrário das mulheres que participam nessa posição ao longo de todas as faixas etárias, embora grande parte dessa evidência possa ser atribuída à diferença metodológica introduzida nas PNADs da década de noventa onde a atividade sem remuneração ganha maior destaque (Bruschini, Lombardi, 1996)²; (ii) as proporções de trabalhadores com carteira são maiores para os homens e (iii) as proporções de sem carteira são muito mais elevadas para as mulheres, sobretudo nas idades muito jovens (até 20 anos), nas quais há o claro predomínio da ocupação como doméstica sem carteira.

O perfil de ocupação por idade dá indicações da mobilidade através do ciclo de vida das trabalhadoras, embora não tenhamos nenhuma informação sobre as verdadeiras transições efetuadas pelas ocupadas através das idades, uma vez que estamos lidando com informações de estoque. Em outras palavras, não podemos saber, através desse tipo de dados, qual é a proporção e quais são as mulheres que deixam, por exemplo, as posições de empregada com carteira para se tornarem contáprpria. Em suma, não sabemos qual é o grau de rotatividade de cada uma das posições. Possivelmente as trabalhadoras que entram mais tarde no mercado de trabalho, com maior grau de escolaridade, têm maiores chances de ocupar uma posição com carteira do que aquelas que entraram muito cedo. O crescimento da importância relativa das conta própria, por outro lado, tanto pode significar que entradas mais tardias são mais propícias de ocorrer nesta posição, quanto expressar transições com origem em outras posições. Só o exame de informações de fluxo pode esclarecer adequadamente questões desse tipo. Alternativamente, um modelo de determinação das probabilidades de se ocupar cada uma dessas posições, incluindo a idade da primeira

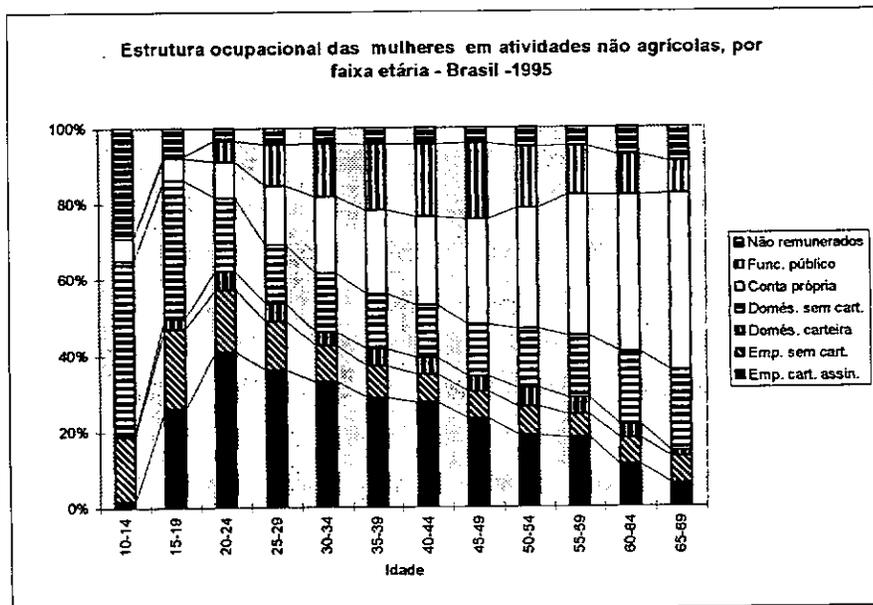
² Dentre as alterações da PNAD dos anos noventa que ampliam o conceito de trabalho (ver Bruschini, Lombardi, 1996), "o trabalho não remunerado passou a ser considerado algum trabalho com pelo menos 1 hora de trabalho por semana" e não mais 15 horas, como anteriormente. Além disso, passaram a ser considerados os trabalhadores não remunerados trabalhando para instituições religiosas ou beneficentes, os aprendizes e estagiários. Note-se, entretanto, que essa ampliação, apesar de afetar mais mulheres do que homens, teve muito mais impacto no meio rural do que no urbano.

GRÁFICO 1



Fonte: PNAD-1995

GRÁFICO 2



Fonte: PNAD - 1995

entrada no mercado de trabalho como variável independente, como o que se apresenta na última seção deste trabalho, também fornece algumas indicações.

Perfil de rendimentos

As possíveis formas de mobilidade que podem ser especuladas a partir dos perfis apresentados oferecem uma abordagem da segmentação entre as posições na ocupação no mercado de trabalho das mulheres nordestinas. Outra perspectiva é avaliar os perfis de rendimentos segundo cada uma das posições.

A Tabela 2 mostra os rendimentos médios por posição na ocupação, assim como os respectivos índices de Theil-L medida da desigualdade da distribuição de rendimentos intraposições.³ Como se verifica, a maior média de rendimentos, assim como uma das maiores desigualdades, é a das funcionárias públicas, o que corrobora as argumentações tanto sobre os privilégios do serviço público no Brasil, quanto sobre os baixíssimos salários de algumas categorias do funcionalismo. O rendimento médio das empregadas com carteira é quase o dobro das sem carteira e as conta própria estão numa posição intermediária entre as duas, sendo que a desigualdade desta última posição é a maior de todas, uma vez que abriga situações ocupacionais inteiramente distintas. No extremo inferior da hierarquia, estão as domésticas – sobretudo as sem carteira, cuja participação é mais relevante – com os menores rendimentos, homoganeamente distribuídos.

TABELA 2
RENDIMENTOS MÉDIOS E ÍNDICE DE THEIL-L DAS MULHERES EM ATIVIDADES
NÃO-AGRÍCOLAS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO - NORDESTE - 1995

Posição na ocupação	Média dos rendimentos (R\$)	Índice de Theil - L
Empregado com carteira	241.32	0.423
Empregado sem carteira	125.59	0.458
Doméstica com carteira	108.88	0.026
Doméstica sem carteira	73.55	0.129
Conta própria	160.10	0.604
Funcionário público	384.41	0.557
Total	182.63	0.528

Fonte: PNAD-1995

³ O índice de Theil-L, segunda medida de desigualdade de Theil, é igual ao logaritmo da média aritmética subtraído o logaritmo da média geométrica dos rendimentos da distribuição. Assim como o índice de Gini, é construído segundo o princípio de que o seu valor deva ser igual a zero quando todos os indivíduos da distribuição possuem rendas idênticas e positivo, quando a renda de dois ou mais indivíduos é diferente.

GRÁFICO 3

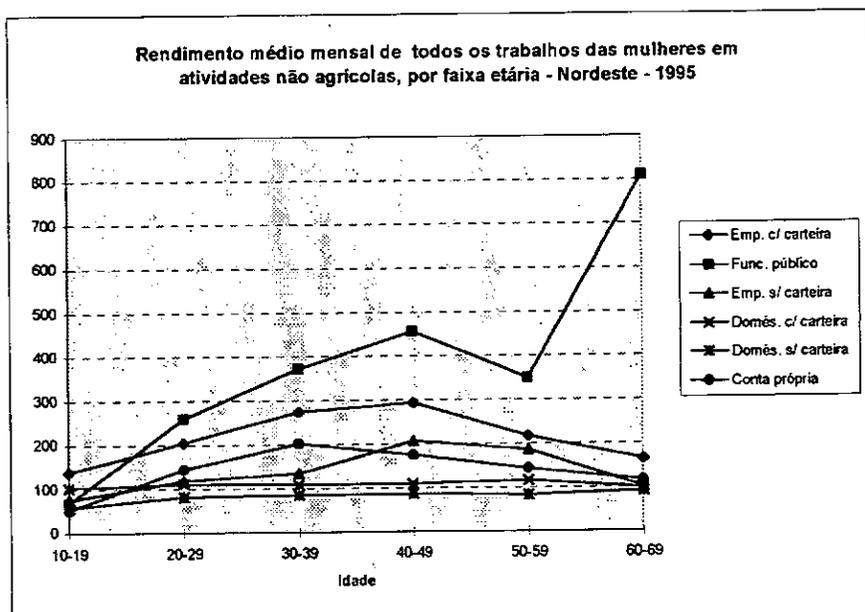
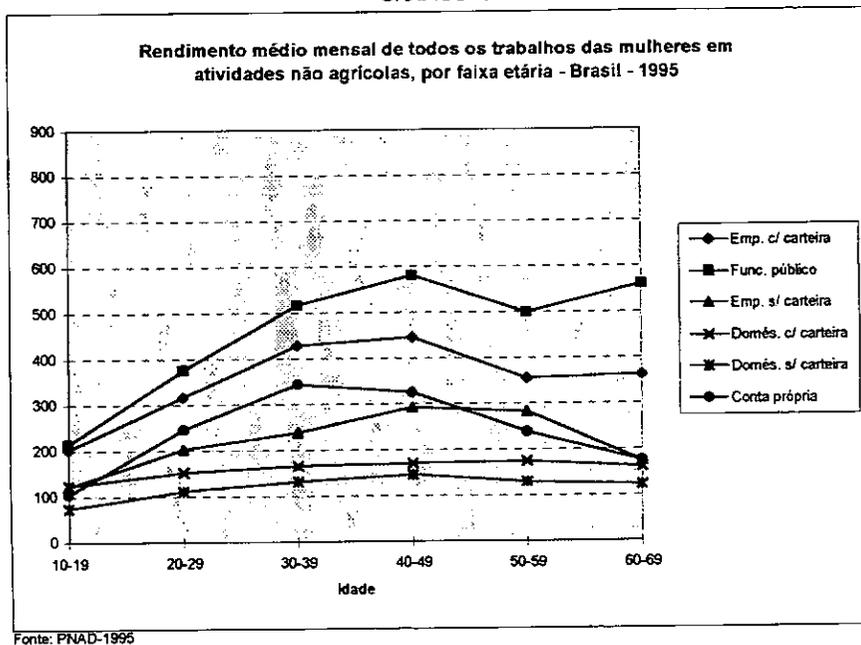
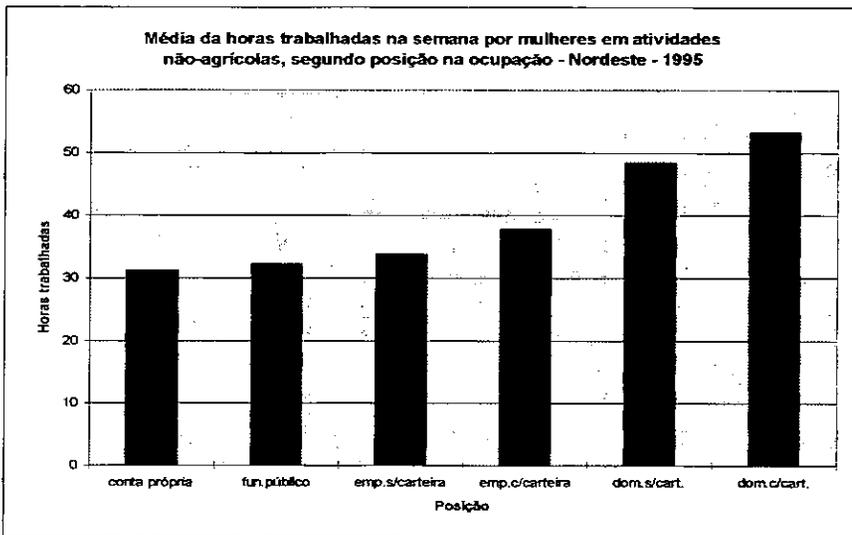


GRÁFICO 4



A comparação entre os Gráficos 3 e 4 revela perfis de rendimentos por idade relativamente semelhantes, embora os rendimentos médios no Nordeste sejam, em todos os casos, inferiores aos das mulheres brasileiras. Em primeiro lugar, chama a atenção o perfil de rendimentos das funcionárias públicas, para as quais, além de os rendimentos serem os mais elevados, o retorno da experiência, cuja idade é a melhor *proxy*, é o mais acentuado. Obviamente, neste caso, trata-se muito mais de tempo de permanência no serviço do que propriamente experiência, haja visto os picos de rendimentos que se observam sobretudo no perfil do Nordeste nas idades próximas da aposentadoria, que expressam os valores percebidos por alguns poucos indivíduos em final de carreira pública. O maior retorno da experiência pode ser observado de fato, para os empregados com carteira, seguidos pelos conta própria. No outro extremo, estão as domésticas com e sem carteira que, além dos menores rendimentos da estrutura ocupacional, não apresentam nenhuma espécie de ascensão com a idade.⁴

GRÁFICO 5



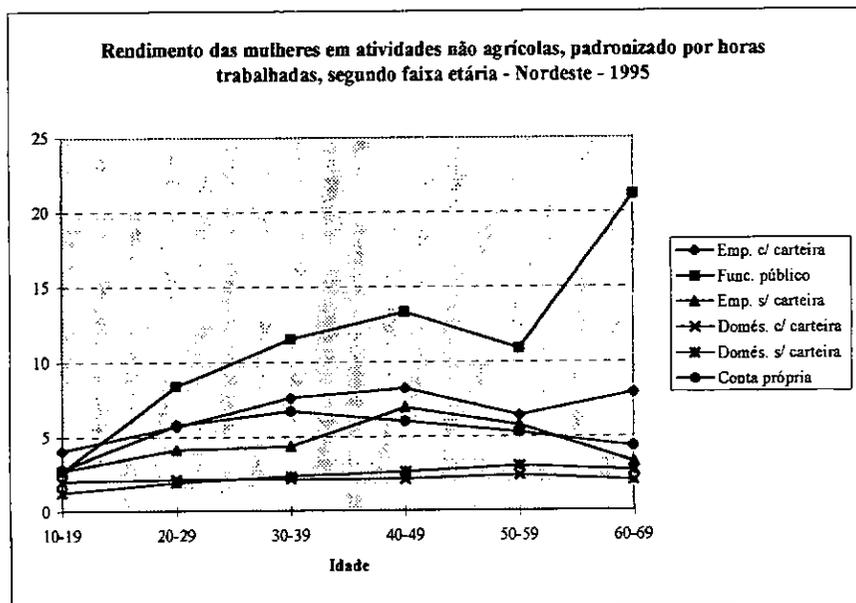
Fonte: PNAD - 1995

⁴ Também neste caso, as afirmações feitas acima tratam-se apenas de suposições quanto ao ciclo vital de rendimentos. Apenas informações longitudinais permitiriam determinar o verdadeiro perfil da mobilidade de renda das trabalhadoras. É provável, por exemplo, que as domésticas hoje no final de sua vida ativa, tenham percebido ao longo dos anos uma elevação de rendimentos não refletida pelos rendimentos atuais das domésticas mais jovens.

A contrapartida das diferenças nas estruturas de rendimento está no perfil de horas trabalhadas por posição na ocupação. Através do Gráfico 5, verifica-se que são as conta própria as ocupadas com a menor média de horas trabalhadas, seguidas pelas funcionárias públicas, as empregadas sem carteira, as com carteira, e finalmente, as domésticas sem e com carteira que são as que mais trabalham, com uma média de horas quase 60% superior à das conta própria.

Por essa razão, quando se comparam as taxas médias de salário (razão entre os rendimentos e o número de horas trabalhadas), verifica-se que o hiato entre as funcionárias públicas e as demais ocupadas aprofunda-se fortemente. Por outro lado, as diferenças entre os perfis de trabalhadoras com carteira, sem carteira e conta própria diminuem, e a vantagem salarial da posição com carteira torna-se menos óbvia. Isso sugere uma boa explicação para o predomínio de trabalhadoras por conta própria no Nordeste (23% das ocupadas), já que uma menor carga de trabalho, e a conseqüente possibilidade de compatibilização com outras atividades, parece compensar rendimentos mensais menores.

GRÁFICO 6



Fonte: PNAD - 1995

Ademais, os perfis de taxas médias de salários tomam a posição relativa das domésticas ainda mais desfavorável. Além dos menores rendimentos médios e da ausência de retornos com a idade, o argumento da contrapartida do menor número de horas trabalhadas, válido para as conta própria e, em parte, para as sem carteira, não se verifica neste caso, já que, padronizados pelo número de horas de trabalho, os rendimentos das domésticas são ainda mais baixos.

A seguir, examina-se o papel de alguns atributos das mulheres ocupadas no Nordeste (i) na probabilidade de uma mulher ocupada ter ou não uma relação de trabalho assalariada e (ii) na probabilidade de uma mulher empregada ter ou não um vínculo formal de trabalho.

Fatores condicionantes da informalidade

Uma vez que as diferenças entre ocupações com carteira, sem carteira e conta própria ficaram bem determinadas nas seções anteriores, nesta seção são propostos dois modelos explicativos para a probabilidade de uma mulher no Nordeste ter uma posição dita informal. As diferenças de composição por idade, de rendimentos médios e de horas trabalhadas mostram que as posições significam mercados distintos, com motivações também distintas, o que se revela pelo grau de satisfação com relação à própria posição: enquanto 65% dos empregados sem carteira declaram-se interessados em mudar para uma posição com carteira, apenas 36,5% dos conta própria declaram essa disposição (Pero, Urani, 1993).

Assim, foram ajustados dois modelos de regressão logística⁵, para um mesmo conjunto de variáveis explicativas, mas com DUAS VARIÁVEIS DEPENDENTES alternativas, que expressam formas diferenciadas de captar o segmento informal do mercado de trabalho:

(i) no primeiro caso, com a variável CONTAPROP, modela-se a probabilidade de uma mulher ocupada ter uma posição de conta

⁵ Utilizou-se o *software* Statistical Package for Social Sciences (SPSS for Windows r. 6.0), sendo os modelos ajustados avaliados através de dois tipos de testes. A probabilidade de significância do coeficiente estimado para cada variável foi avaliada através do Teste de Wald, e a significância de cada variável para o ajuste total do modelo através do Teste de Razão de Verossimilhança.

própria contra a situação em que ela tem uma relação de trabalho assalariada, ou seja, é uma empregada (inclusive doméstica) com ou sem a posse de carteira

- (ii) no segundo modelo, cuja variável dependente é POSCART, o ajuste é para a probabilidade de uma mulher empregada não ter a posse de carteira assinada, contra a probabilidade de tê-la. Neste caso, o universo considerado é só o das empregadas, excluindo-se tanto as domésticas quanto as funcionárias públicas, uma vez que os determinantes destas duas últimas posições são bastante peculiares.

As variáveis independentes consideradas, em ambos os modelos são:

- (i) três variáveis de atributos pessoais: idade (IDADE), anos de estudo (ANESTUDO), ambas contínuas, e cor (COR), categorizada como brancas e não-brancas – quanto à idade, sua clara inter-relação com as posições na ocupação está descrita na segunda seção deste trabalho; o papel das demais tem aparecido na literatura como relevante para a determinação da informalidade.
- (ii) três variáveis de relações familiares: a posição no domicílio (POSDOM), variável categórica dividida em chefe (grupo de referência), cônjuge e filhas; o número de filho (NFILHOS), como variável contínua, partindo de 0; e a idade dos filhos (IDFILHOS) categorizada em filhos de 0 a 1 ano de idade, de 2 a 5 anos, de 6 a 10 anos, de 11 anos e mais, ou nenhum filho – considera-se que essas relações devam significar constrangimentos para as mulheres em assumir vínculos mais formais ou mais intensos em trabalho.
- (iii) duas variáveis adicionais, a idade em que a mulher começou a trabalhar (IDADTRAB), contínua, e se tem afazeres domésticos (AFAZERES), categorizada em sim e não, – supõe-se que ambas interfiram com o tipo de ocupação, como discutido anteriormente: entradas mais tardias no mercado de trabalho podem significar maiores chances de se ter uma carteira e a necessidade de conciliação do trabalho com as atividades domésticas pode impor vínculos menos estreitos.

O Quadro 1 apresenta a saída da primeira das regressões, a que modela a probabilidade de ser uma conta própria. Pode-se ver que

todas as variáveis, exceto NFILHOS, são estatisticamente significantes, pelo menos ao nível de 10%. Causa surpresa a não significância do número de filhos, uma vez que se supunha que um número maior de filhos impediria vínculos de trabalho mais formais. Entretanto, os resultados parecem mostrar que o relevante é, sobretudo, a presença ou não de filhos.

A partir das *odds ratio* (razão de chance) é possível interpretar os resultados deste modelo da seguinte forma:

- (1) a cor tem uma relação negativa com a probabilidade de ser conta própria, o que significa que, ao contrário do esperado, não ser branco diminui a chance de ser uma conta própria. O cruzamento univariado da cor com a variável de posições na ocupação indica que entre as não-brancas há um maior percentual de conta própria do que entre as brancas. Porém, quando controlada pelas outras variáveis incluídas no modelo, essa inter-relação se inverteu.
- (2) a idade, conforme se esperava, tem uma relação positiva com a probabilidade de ser conta própria: cada ano de vida aumenta 3,6% a probabilidade de uma mulher tomar-se conta própria.
- (3) os anos de estudo guardam uma relação negativa com a posição conta própria, ou seja, cada ano de estudo diminui 3,3% a chance de ser uma conta própria, presumivelmente em contraposição a um aumento na probabilidade de ter carteira de trabalho.
- (4) a posição no domicílio, relevante para a determinação de ser conta própria, mostra que ser cônjuge, em relação a ser chefe, aumenta 52% a probabilidade de ser conta própria, enquanto que ser filha, também em relação a ser chefe, diminui 15% essa probabilidade. Esse resultado indica que ter uma posição no domicílio que implica maior sobrecarga de afazeres domésticos (geralmente a cônjuge) aumenta a probabilidade de uma relação mais informal com o mercado de trabalho, enquanto que com as filhas dá-se o inverso. Note-se que as cônjuges, embora tenham também, possivelmente, afazeres domésticos, estão numa posição no domicílio que lhes permite incertezas quanto aos seus rendimentos.
- (5) a variável de idade do filho mais novo demonstra que ter filhos aumenta a probabilidade de ser conta própria, qualquer que seja a idade desse filho, não havendo diferenças significativas entre

QUADRO 1
ESTIMATIVAS DO MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA PARA A PROBABILIDADE DE
SER CONTA PRÓPRIA, ENTRE MULHERES OCUPADAS EM ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS
NORDESTE - 1995

Variáveis	β	EP(β)	p-value	ODDS RATIO
INTERCEPTO	-2.3693	.2207	.0000	2.1368
N FILHOS	.0184	.0200	.3571	1.0186
COR = não-branca	-.1278	.0584	.0288	.8801
IDADE	.0353	.0033	.0000	1.0360
ANESTUDO	-.0343	.0071	.0000	.9663
POSDOM (chefe)			.0000	
POSDOM= cônjuge	.4202	.0714	.0000	1.5223
POSDOM= filha -	-.1619	.1019	.1120	.8505
IDFILHOS (não tem)			.0003	
IDFILHOS =0-1	-.2425	.1308	.0638	1.2744
IDFILHOS= 2-5	.2263	.1043	.0301	1.2540
IDFILHOS= 6-10	.2301	.1052	.0287	1.2588
IDFILHOS= 11-+	.4601	.1034	.0000	1.5842
IDADTRAB	-.0254	.0050	.0000	.9749
AFAZERES= sim	.7593	.1369	.0000	2.1368

Fonte: PNAD - 1995

as idades. Em todos os casos a idade do filho mais novo aumenta mais de 20% essa probabilidade, mas ter o filho mais novo acima de 11 anos é a situação que mais aumenta a probabilidade de ser conta própria, possivelmente por se tratar de uma mulher de uma coorte mais velha, para a qual as oportunidades de ocupação formal eram bem menores quando de sua entrada no mercado.

- (6) a idade do primeiro trabalho tem uma relação negativa com ser conta própria, o que significa que quanto mais tarde se entrou no mercado menor é a probabilidade de estar nessa posição. Embora esse resultado surpreenda, já se esperava que entradas mais tardias fossem mais prováveis de ocorrer na posição conta própria (vide estrutura ocupacional por idade), isso pode significar que o crescimento da importância relativa das conta própria com a idade deve-se mais a transições efetuadas de outras posições para esta, que se tomam mais intensas com a idade.

- (7) finalmente, ter afazeres domésticos, como se esperava, aumenta fortemente (mais que dobra) a probabilidade de ser conta própria.

O quadro 2 apresenta a saída do outro ajuste de regressão logística, que modela a probabilidade de uma empregada não ter a carteira de trabalho. Como se constata, os resultados, neste caso são bastante diferentes. Em primeiro lugar, as variáveis de posição no domicílio e de afazeres domésticos tornaram-se não significativas. Essa mudança parece razoável, uma vez que a situação de não possuir uma carteira de trabalho, ao contrário da de conta própria, expressa menos uma opção do que uma restrição do mercado de trabalho, já que a empregada sem carteira é também uma assalariada, não contando portanto com as vantagens de ser autônoma, mas também com a proteção do vínculo legal de trabalho. Assim, suas contingências domésticas não devem afetar a preferência pela carteira. Por outro lado, o número de filhos tornou-se significativo, indicando que um maior número de filhos implica maior probabilidade de ser sem carteira, o que não parece ter uma interpretação muito clara. As demais variáveis, significantes no modelo podem ser interpretadas como se segue:

- (1) a cor, da mesma forma que no modelo anterior, tem uma associação negativa com a probabilidade de ser sem carteira, embora, a proporção de sem carteira entre as não brancas seja superior do que entre as brancas. Aqui também, esse resultado deve-se à inclusão das variáveis de controle.
- (2) a idade, como se esperava, indica que quanto mais velha é a mulher, menor é a probabilidade de ser uma empregada sem carteira (ver estrutura ocupacional por idade).
- (3) os anos de estudo têm uma relação negativa com a informalidade, no sentido de que cada ano acrescido em escolarização diminui 11% a probabilidade de uma empregada não possuir carteira de trabalho.
- (4) a variável da idade em que se começou a trabalhar indica que cada ano acrescentado à idade de entrada no mercado de trabalho, diminui 2% a probabilidade de ser uma empregada sem carteira, o que significa que a posse de carteira se associa a entradas mais tardias.

QUADRO 2
ESTIMATIVAS DO MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA PARA A
PROBABILIDADE DE TER POSSE DE CARTEIRA, ENTRE MULHERES
OCUPADAS EM ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS - NORDESTE - 1995

Variáveis	β	EP(β)	p-value	ODDS RATIO
INTERCEPTO	1.9273	.2883	.0000	
N FILHOS	.1019	.0359	.0045	1.1073
COR = não-branca	-.2213	.0777	.0044	.8015
IDADE	-.0365	.0056	.0000	.9641
ANESTUDO	-.1179	.0108	.0000	.8888
POSDOM (chefe)			.3343	
POSDOM= cônjuge	.0844	.1152	.4635	1.0881
POSDOM= filha	.1948	.1329	.1427	1.2151
IDFILHOS (não tem)			.0485	
IDFILHOS = 0-1	-.4145	.1805	.0217	.6607
IDFILHOS = 2-5	-.3589	.1394	.0101	.6985
IDFILHOS = 6-10	-.3633	.1505	.0158	.6954
IDFILHOS = 11-+	-.1984	.1589	.2120	.8201
IDADTRAB	-.0172	.0074	.0210	.9830
AFAZERES= sim	.1355	.1348	.3148	1.1451

Fonte: PNAD - 1995

Considerações finais

Os resultados apresentados neste trabalho revelam de forma contundente as diferenças entre os mercados de conta própria e sem carteira que freqüentemente são agrupados nas análises do setor informal no Brasil. Além das diferenças quanto aos perfis etários e os rendimentos percebidos, os modelos ajustados mostraram como que as motivações usualmente citadas para a adoção de um trabalho informal por parte das mulheres são válidas para as conta própria, mas não para as sem carteira. As variáveis que indicam maior comprometimento com as atividades domésticas se relacionam positivamente com a probabilidade de ser conta própria, enquanto que são as variáveis que denotam situações pessoais menos favoráveis as que determinam maiores probabilidades de ser uma empregada sem carteira.

Evidentemente, o processo de informalização do mercado de trabalho no Nordeste, assim, como no Brasil, é um fenômeno cujos determinantes vão muito além dos limites ditados pela oferta de trabalho. Por essa razão é que os modelos ajustados na seção anterior têm poder explicativo limitado. Entretanto, foi possível verificar inter-relações entre características pessoais e ocupacionais que apontam as prováveis "candidatas" aos postos de trabalho informais, o que ajuda a compreender as formas do crescimento da atividade feminina, num contexto de crescimento da informalidade.

O próximo passo é verificar a hipótese de que as mulheres cujas características se associam às maiores probabilidades de informalização, seja pela posição conta própria, seja pela de sem carteira, são as que têm apresentado maior crescimento relativo nos níveis de participação econômica.

Bibliografia

- BRUSCHINI, Cristina. Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher nos anos oitenta. In: *O trabalho no Brasil no limiar do século XXI*. São Paulo: Editora LTr, 1995.
- BRUSCHINI, Cristina, LOMBARDI, Maria Rosa. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. Encontro Nacional de Estudos Populacionais. *Anais*, vol. 1, p. 483-516, 1996.
- COSTA, Leticia. Aumento da participação feminina: uma tentativa de explicação. VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. *Anais*, vol.2, p.231-243, 1990.
- LAVINAS, Lena, BARTED, Leila. Mudanças na sociedade salarial, regulamentação e emprego feminino. Encontro Nacional de Estudos Populacionais. *Anais*, vol. 1, p. 547-558, 1996.
- PAIVA, Paulo T. A., A Conceituação e a enumeração da população economicamente ativa nos Censos Demográficos brasileiros, In: SILVA, Lea (org.). *Censos, Consensos e Contra-sensos*. Ouro Preto: ABEP, p. 19-66, 1984.

- PAIVA, Paulo T. A. Cinquenta anos de crescimento populacional e absorção de mão-de-obra no Brasil: 1950 a 2000. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 3, n. 1, 1986.
- PERO, Valéria, URANI, André. Determinantes do excesso de mão-de-obra do setor formal do mercado de trabalho metropolitano. *Perspectivas da Economia Brasileira – 1994*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.
- RIOS-NETO, Eduardo L.G, WAJNMAN, Simone. Female labor force participation in Brazil: alternatives for projecting levels and patterns. CEDEPLAR/UFMG, *Texto para Discussão*, n.77, 1994.
- RIOS-NETO, Eduardo L.G., RAMOS, Lauro, WAJNMAN, Simone. *Perfis etários, posição na ocupação e desigualdade de rendimentos no Brasil*. Versão preliminar (mimeo), 1993
- WAJNMAN, Simone. *A ocupação na perspectiva de ciclo de vida: uma aplicação do modelo de incrementos e decrementos aos caso brasileiro*. CEDEPLAR/UFMG, Tese de doutorado em Demografia, 1995.
- WAJNMAN, Simone. O padrão de mobilidade ocupacional de ciclo de vida masculino no Brasil. Encontro Nacional de Estudos Populacionais. *Anais*, vol.1, p.363-384, 1996.

